

A REPRESENTAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO NO DISCURSO DA POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA VIVA

Marina Coelho Xavier (UFSC) - marinacxavier@gmail.com

Resumo:

A Política Nacional de Cultura Viva, instituída e regulamentada pelo Ministério da Cultura em 2014/2015, resultou de um longo processo de crescimento, descontinuidades e reestrutururações de um Programa de governo que, dez anos antes, transformou a política cultural brasileira, ao incorporar um conceito antropológico de cultura, e direcionar suas ações a grupos historicamente excluídos do campo cultural: fazedores de cultura popular normalmente organizados de forma alternativa ao modelo dominante vinculado à noção de empresa. A ampliação da noção de cultura provocou uma aparente ampliação da noção de organização, e deu sinais de um movimento de reposicionamento que motivou este estudo. Objetivou-se, neste sentido, evidenciar a representação de organização na Política Nacional Cultura Viva, utilizando como teoria e método a Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough (2001, 2003). Constituíram o corpus da análise, a Lei que a institui e a Instrução Normativa que a regulamenta, além de discursos proferidos pelos dirigentes responsáveis pela Política. A análise do corpus selecionado possibilitou a identificação de elementos que apontaram para a elaboração de um pensamento mantenedor da ordem social estabelecida em relação ao que se entende contemporaneamente por organização. O reconhecimento destes grupos populares como fazedores de cultura e a valorização da diversidade e identidade da cultura que produzem, não encontrou correspondência no reconhecimento das práticas e na valorização das diferentes formas e identidades organizacionais de seus fazedores.

Palavras-chave: *Organizações Culturais; Análise Crítica do Discurso; Política Nacional de Cultura Viva.*

Área temática: *GT-17 Organização, Política e Cultura*

1. TEMÁTICA E PROBLEMA DE PESQUISA

Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? (Walter Benjamin, 1987, Tese II).

Não é apenas nossa ignorância, é também nosso conhecimento que nos cega (MORIN, 2011, p.19).

A noção de cultura é considerada, simultaneamente, o “argumento adequado para acabar com naturalizações” sobre como se organiza a sociedade (CUCHE, 1999, p.10) e o mais poderoso instrumento de dominação e manutenção da ordem social estabelecida (BRANT, 2009). Construída por relações desiguais, de dominação (ORTIZ, 1994), a cultura denuncia e reflete a hierarquia (CUCHE, 1999), acusa e resiste à realidade estabelecida tanto quanto a serve (MARCUSE, 1977).

Objeto de disputas discursivas, o conceito de cultura transita intersubjetivamente, permeando condições econômicas, sociais e políticas, e reposiciona o campo cultural ao longo do tempo (BRANT, 2009). Independentemente do contexto histórico, no entanto, essa disputa semântica, inerentemente política e ideológica (CUCHE, 1999), sempre foi e será definidora de um campo simbólico determinado para distinguir e identificar (BRANT, 2009), para excluir e legitimar.

A transitividade do conceito percebida no histórico político cultural brasileiro reflete este pressuposto. Pode-se afirmar que as organizações culturais populares estiveram ausentes não apenas das políticas públicas nacionais, mas da lente dos estudos organizacionais (RUBIM, 2015). Esta “invisibilidade” é fruto, segundo Santos (2002, 2005), da desqualificação destas entidades sob a ótica mercadológica de um discurso hegemônico com critérios restritos de validação, que negligenciam, rejeitam ou convertem os saberes derivados de outras práticas sociais, racionalidades e culturas.

O Estado brasileiro endossou historicamente o descarte destas organizações cedendo a “serventia” da cultura ao mercado pelas leis de incentivo (CARVALHO; ANDRADE, 2006). O mecenato, instituído como instrumento principal da política cultural brasileira, restringiu e moldou, por critérios de rentabilidade, o campo cultural à sua imagem e semelhança (MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015). Dependentes do financiamento privado, instituições culturais foram reconvertidas em empresas (CANCLINI, 2008) ou permaneceram à margem do sistema (OLIVEIRA; BEZERRA, 2015); a cultura foi transformada em produto (TURINO, 2010) e aos cidadãos foi dado o direito restrito ao consumo passivo (FERREIRA, 2008).

Este modelo político cultural elitista e centralizador (LACERDA, 2010; RUBIM, 2015) sofre, então, (a partir de 2002) um esforço de transição: de um conceito sociológico (fechado) para uma noção abrangente (antropológica) de cultura; de uma política baseada na democratização (do acesso popular à Cultura de elite) para a orientação à democracia e cidadania cultural; de um público espectador para um povo reconhecidamente fazedor de cultura (BOTELHO, 2001; CALABRE, 2007; RUBIM, 2007). A cultura, aos olhos de Célio Turino, passa a ser “entendida como processo e não mais como produto” (TURINO, 2010, p.70). Este é o momento em que é criado o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva), cuja proposta reflete a transição e cuja trajetória revela as disputas político-sociais do macro contexto cultural contemporâneo.

O Programa Cultura Viva – PCV chega, em 2004, com a promessa de “desesconder”, “des-silenciar”, nas palavras de Célio Turino (2010), idealizador do programa, organizações/grupos fazedores de cultura popular historicamente alijados das políticas públicas. A inclusão destes grupos, normalmente organizados de forma alternativa ao modelo dominante, torna visível outros discursos e práticas sociais e organizacionais. A ampliação da noção de cultura provoca, aparentemente, a ampliação das noções restritas de organização vinculadas à empresa (SOLÉ, 2004). Há sinais no

discurso do Programa Cultura Viva de um movimento de desposicionamento (BÖHM, 2006).

Mas apesar de promover, nas palavras de Gomor dos Santos (2008, p.16), “aspectos “diametralmente opostos aos que vinham sendo desenvolvidos” em termos de política cultural no Brasil até então, o PCV é criticado pelo excesso de burocratização, cuja adaptação implicaria na descaracterização das lógicas de ação originais dos grupos culturais financiados pelo programa (NOGUEIRA; ANDRADE, 2007) e na tendência à incorporação de práticas do modelo organizacional dominante, reconhecido e legitimado (Medeiros; Alves; Farah, 2015; NUNES, 2015).

Após um período de crise, em que se fala em “desmonte” (TURINO, 2013, p.1), em descontinuidade (BARBALHO, 2014), o programa sofre reestruturações normativas (especialmente em 2012) num esforço de flexibilização processual, e, então, dez anos depois de sua criação, transforma-se, em Política Nacional de Cultura Viva – PNCV (Lei nº 13.018, 2014).

A consolidação do programa através da lei, contudo, não encerra o debate sobre sua representação no cenário contemporâneo brasileiro. Sendo os discursos responsáveis pela construção dos traços ideológicos através dos quais os indivíduos enxergam a realidade e se posicionam no mundo, a análise do discurso do PCV pode contribuir para a revelação do posicionamento subjacente à sua linguagem.

A linguagem, como a cultura, está, nas palavras de Brient e Fuentes (2007, p.18), “no coração mesmo do projeto de submissão do sistema mercantil totalitário”. Mas, assim como o discurso é um recurso fundamental na disseminação de ideias e progressiva naturalização das crenças é, também, essencial na transformação dos sujeitos (VAN DIJK, 2010) e no processo de mudança social, através da incorporação de novos conceitos (FAIRCLOUGH, 2003). Pensar o “peso das palavras” é, portanto, segundo Cuche (1999, p.17), indagar sobre sua relação com a história, tanto com aquela que a fez, quanto com aquela para a qual contribuem.

A mudança no discurso político cultural brasileiro com a incorporação de um novo conceito de cultura e, a partir do Programa Cultura Viva, a inclusão de novas organizações no campo cultural, pode, ou não, evidenciar um reposicionamento em relação à ideia de organização, normalmente vinculada ao modelo burocrático-gerencial. Neste sentido, o intento deste estudo é a aproximação da resposta à questão: Qual a representação de organização no discurso da Política Nacional de Cultura Viva?; através da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Norman Fairclough (2001, 2003).

Analisar criticamente o discurso da PNCV possibilita a identificação de elementos que apontem para a elaboração de um pensamento contra-hegemônico ou mantenedor do status quo em relação ao que se entende contemporaneamente por organização. Ao evidenciar como a PNCV representa a (qual sua visão de/o que entende por) organização pode ser refletida com mais clareza a mudança que seu discurso exerce nas práticas sociais das organizações que acolhe.

2. A POLÍTICA E AS ORGANIZAÇÕES

Não vamos suplantiar esses **sistemas que nós criamos**, que viraram monstros dos quais nós nos submetemos a eles. Voluntariamente a gente se submete, né? Mas a gente pode ter outra mediação. Não vou dizer que a **Lei Cultura Viva** resolve tudo isso [...], mas é uma outra ação, uma ação que vai praticando esse Estado de novo tipo. Porque isso tem que ser construído e tem que ser construído de forma muito clara na **linguagem** (TURINO, 2014).

A fala de Célio Turino, em 2014, é simbólica. O idealizador do Programa Cultura Viva, que em 2004 apropriou-se de um conceito antropológico de cultura, das palavras

de Gilberto Gil e das teorias de Boaventura e de Milton Santos (TURINO, 2010) na tentativa de criar uma “política cultural [...] que [passasse] a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia” (GIL, 2003), que investiu na promessa de desesconder, des-silenciar, tornar visíveis outros discursos, outras práticas sociais, formas organizacionais de um (velho) novo tipo, historicamente desqualificadas, negligenciadas, rejeitadas ou descaracterizadas pela ótica mercadológica de um discurso hegemônico (SANTOS, 2002, 2005), voltava a acreditar, dez anos depois, no renascimento do Programa (outrora desacreditado) através da aprovação da Lei Cultura Viva. Turino reconhece na Lei a possibilidade de uma nova prática social, mas assume fundamentalmente na linguagem a construção do que chama de um “Estado de novo tipo”.

A linguagem é um poderoso instrumento de manutenção e transformação das práticas sociais e, portanto, da ordem social (da estrutura) estabelecida (FAIRCLOUGH, 2003, VAN DIJK, 2010). Discursos que reforçam uma realidade sócio-histórica específica, com alto grau de compartilhamento e repetição, são capazes extrapolar do local e “colonizar” diversas práticas da vida social global (RAMALHO e RESENDE, 2011).

A concepção da Política Nacional de Cultura Viva, foi profundamente relacionada ao momento de redirecionamento e reformulações conceituais e administrativas que reestruturaram o Ministério da Cultura (NUNES, 2015). A política surge, em 2004, como Programa Cultura Viva, com o objetivo de implementar uma política cultural que atendesse à diversidade e abrangência que compõem a sociedade brasileira (MINC, 2013). Através dos princípios norteadores autonomia, protagonismo e empoderamento, o programa foi pensado para estimular as produções culturais já existentes no cotidiano de suas comunidades, dando visibilidade a expressões que, até então, não eram objeto de política governamental e não compunham reconhecidamente o campo cultural (LACERDA; MARQUES; ROCHA, 2010; OLIVEIRA; BEZERRA, 2015; MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015). Nas palavras de Célio Turino (2010): “O Brasil silenciado, que era convidado apenas para assistir ao país inventado pelas elites brancas do Sul e que agora vai forjando os espaços e os tempos da sua emancipação”.

Aldeias indígenas, grupos ciganos, povos de terreiro, comunidades quilombolas, cooperativas de assentamentos rurais, comunidades de ritmos e danças tradicionais (escolas de samba, maracatus, cirandas, quadrilhas) grupos de capoeira e manifestações de caráter cultural/religioso, grafiteiros, comunidades quilombolas, cooperativas de assentamentos rurais, grupos de capoeira, contadores de história, passam a ser incluídos ao campo cultural por seleções públicas, e tornam-se “Pontos de Cultura”, ganhando não apenas o reconhecimento público, mas acessando recursos materiais e financeiros para desenvolverem suas ações (Medeiros; Alves; Farah, 2015).

Um reposicionamento do Estado em relação ao conceito de cultura (o que se reconhece por cultura), incorporado na Política, dá sinais de um reposicionamento em relação à representação das organizações fazedoras dessa cultura agora reconhecida.

Pode haver, neste sentido, uma ampliação da noção restrita de organização, ordinariamente pautada por um modelo dominante burocrático e gerencial, vinculado à noção de empresa (CLEGG, 1998; SOLÉ, 2004), noção cunhada por um paradigma capitalista-ocidental-moderno, centrado na economia (RAMOS, 1989), sustentado pela premissa do progresso, orientado por uma ciência positivista, mensurado por critérios quantitativos, alimentado por um conhecimento técnico-mecanicista-funcional, legitimada social e moralmente pela racionalidade instrumental (PARKER, 2002; PAES DE PAULA, 2002; BÖHM, 2006; MISOCZKY, 2010).

Nesta perspectiva, o modelo dominante se refere à administração e à manutenção de um mundo ordenado pelo cálculo utilitário das consequências, no emprego planejado de diferentes técnicas de gestão e estratégias interpessoais, na maximização de recursos e alcance de alto nível de performance, para atingir resultados econômicos e políticos (SERVA, 1997). O argumento racional (instrumental), legítima, assim, uma organização baseada em funções técnicas ditas neutras, objetivas e necessárias para o funcionamento efetivo e eficiente da ordem social no sistema do capital. Ao tempo em que a hegemonia difunde e valida, sob argumento da superioridade técnica e evidência empírica, uma noção limitada de organização, destrói todas as pretensões a formas de vida diferentes do modelo dominante (CLEGG, 1998).

Tais discursos e práticas monológicas obscurecem as tensões inerentes às relações dialéticas do campo e restringem o pensar acerca de organizações a uma delimitação específica, de empresa, que se apresenta como uma nova forma do sagrado (PARKER, 2002; PAES DE PAULA, 2002; BÖHM, 2006; MISOCZKY, 2010).

O entendimento de organização é resultado, no entanto, de uma luta sócio-discursiva em permanente disputa. A hegemonia não é uma totalidade permanente, mas um equilíbrio instável que, portanto, convive com resistências que desafiam, continuamente, os significados da ordem social estabelecida (BÖHM, 2006; MISOCZKY; SILVA; FLORES, 2008). As forças hegemônicas, que buscam um posicionamento absoluto da realidade, sempre estarão acompanhadas por forças de subversão e resistência, as quais precisam ir além das noções restritas de organização, questionando o posicionamento dominante (BÖHM, 2006). Böhm (2006) sugere um movimento de desposicionamento para, como defende Misoczky (2010, p.35), “desnaturalizar a articulação hegemônica da organização” e permitir um reposicionamento situando iniciativas distintas de organização. A própria existência de um modelo hegemônico de organização revela outras múltiplas possibilidades.

A representação dominante de organização que não alcança, portanto, as múltiplas possibilidades de formas diferentes de vida associada entre as quais podem estar inclusas organizações culturais populares. A sociedade é multidimensional, inerentemente aberta, caracterizada por descontinuidades e pela diversidade de critérios substantivos, de formas de organização e de relações (RAMOS, 1989; BÖHM, 2006; ETKIN, 2008; MISOCZKY, 2010). Incorporar essa pluralidade, passa por admitir as exclusões resultantes da ordem estabelecida (ETKIN, 2006).

Formas alternativas de organização caracterizam uma transformação paradigmática das relações de trabalho, em que a substância social é determinada não mais pela técnica, mas pela interação entre iguais em busca da emancipação e autorrealização (DELLAGNELO; MACHADO-DA-SILVA, 2000).

Entre as categorias e valores recorrentes na análise de organizações tidas como possibilidades contra-hegemônicas estão: horizontalidade, participação direta nas decisões, construção coletiva da organização e de suas práticas, polivalência de funções, valores orientados para a vida, tolerância na relação com a alteridade, práxis criativa e aprendizagem na prática organizacional (MISOCZKY; SILVA; FLORES, 2008; MISOCZKY, 2010). São organizações pautadas pela racionalidade substantiva, orientadas por valores emancipatórios, que viabilizam a autonomia, a solidariedade, a cooperação, a agregação e auto-organização, apoiadas em processos dialógicos de comunicação que reintegram a diferenciação e reconstróem a democratização em relações sociais horizontalizadas (RAMOS, 1989; SERVA, 1997; DELLAGNELO; MACHADO-DA-SILVA, 2000, AGOSTINHO, 2003, TENÓRIO, 2011, ETKIN, 2008).

O pressuposto em relação à caracterização peculiar das organizações culturais populares, para as quais a PNCV está direcionada, relaciona-se ao próprio conceito de

cultura popular. Os grupos culturais descritos pela PNCV como beneficiários de suas ações podem aproximar-se dos modelos isonômico e fenonômico de Ramos (1989). Organizações que mobilizam uma atividade criadora no exercício de vocações (ocupação, não trabalho), realizadas por tarefas automotivadas com alto grau de autonomia, em busca de autorrealização; em espaços sócio-aproximadores, regidos por um tempo não linear (mas convivial e de salto), marcados por relações interpessoais primárias; organizações pautadas pela racionalidade substantiva e orientadas por valores emancipatórios (RAMOS, 1989; SERVA, 1997; DELLAGNELO; MACHADO-DA-SILVA, 2000, AGOSTINHO, 2003, TENÓRIO, 2011, ETKIN, 2008).

Estas formas alternativas de organização reestabelecem os laços e o sentido da atividade humana; recolocam a produção como meio (não fim último) da existência (GAIGER, 2013; MORIN, 2013). A preocupação, segundo Serva (1997), em primeira instância, é com o efetivo resgate da condição humana; segundo Misoczky (2010), com a transformação social.

Há de se pensar os indivíduos em suas relações, contextos, representações e modo de andar a vida. [...] Um novo saber mais aberto às desorganizações da vida. Com toda a certeza, trata-se de um modo radicalmente diverso de conceber o organizar (Eduardo Navarro Stotz, 2001, p.134).

Outra ideologia, outra lógica, outros propósitos, outras formas de interação, conduzem a outras práticas de organização que a hegemonia torna inexistente; que as teorias não contemplam, que o mercado exclui (SANTOS, 2002) e que as políticas públicas culturais não enxergavam até pouco tempo. As diferentes culturas que a Política Nacional de Cultura Viva intenciona “desesconder”, podem, simultaneamente, provocar o reconhecimento de diferentes práticas organizacionais, alternativas ao modelo dominante; colocando em evidência a disputa do conceito discursivamente construído.

Não obstante, entretanto, ao reconhecimento da inovação trazida pelo PCV, a questão mais tocada pelos estudos científicos realizados, nas mais diferentes áreas de conhecimento, sobre o Programa, foi a aplicação da lógica burocrática nas relações estabelecidas com as organizações da sociedade civil incluídas em sua política (LACERDA, 2010; ARAGÃO; ROCHA, 2011; BARROS; ZIVIANE, 2011; OLIVEIRA; BEZERRA, 2015; NUNES, 2015; RUBIM, 2015). Algumas pesquisas, que investigaram o campo organizacional a partir da institucionalização do Programa Cultura Viva, apontaram para a transformação nos perfis das organizações e o risco de instrumentalização da sua lógica de ação original e de incorporação do modelo burocrático de gestão decorrentes da adesão ao Programa (NOGUEIRA; ANDRADE, 2007; LIRA; CARVALHO, 2011; BEZERRA; BISPO; SANTOS; PASCHOAL, 2013; MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2013; MEDEIROS; FARAH, 2013, 2015). Estes estudos identificaram uma tendência ao isomorfismo, concluindo que as organizações incluídas pelo Programa sofreram pressões e tornam-se semelhantes às organizações já inseridas no campo cultural e historicamente reconhecidas e legitimadas (MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015).

A reformulação e transformação do Programa governamental em Política Nacional em 2014/2015, após um período de descontinuidade, mais do que buscar estabilidade institucional, objetivou visitar os marcos regulatórios, visando, justamente, a desburocratização de processos e a adaptação da norma à realidade das organizações beneficiadas pela política. Representou, portanto, um novo começo depois de um longo e difícil período de experimentações em que as organizações reconhecidas pela política acabavam excluídas, descaracterizadas (reconvertidas ao modelo dominante de organização) ou criminalizadas; fruto de um possível desajuste entre a representação do Programa em relação a forma de organização destas entidades e sua realidade.

, acredita-se que investigar a representação de organização da Política Nacional de Cultura Viva, considerando as alterações normativas incorporadas à sua institucionalização, em 2014/15, possa elucidar as contradições entre o reconhecimento destas organizações no campo cultural e sua descaracterização a partir da inclusão.

A reestruturação do Programa em Política Nacional fez emergir, neste sentido, a questão que motivou este estudo – **Qual a representação de organizações no discurso da Política Nacional de Cultura Viva, instituída pelo Ministério da Cultura em 2014/2015** –; a partir do entendimento de que a visão de mundo que carrega é a mesma que dissemina e promove, num discurso que exerce influência (controle, modelagem) sobre as práticas sociais, de forma ainda mais contundente, das organizações que acolhe.

Pensar as palavras, evidenciar no discurso posicionamentos e representações de mundo, é indagar sobre sua relação com a história para a qual contribuem (CUCHE, 1999). Se a mudança social, é construída na linguagem, pode nela também ser reconhecida. Os sinais de um movimento, a partir da Política Nacional Cultura Viva, de um reposicionamento (BÖHM, 2006), podem ser desvelados, portanto, na análise crítica do seu discurso.

3. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A análise do discurso não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo de rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação (FOUCAULT, 2014, p.66).

A ACD busca superar uma lacuna entre teorias baseadas na linguagem e pesquisas da linguagem em práticas sociais contextualizadas. Para isso, sustenta uma teorização complexa sobre a relação entre discurso e estruturas sociais e conta com um amplo suporte teórico das ciências sociais: de Antonio Gramsci, apropria-se da noção de hegemonia; do sociólogo Anthony Giddens, recorre à noção de estrutura social; de Mikhail Bakhtin, busca as teorizações de intertextualidade; Michel Foucault exerce uma importante influência sobre o conceito de discurso; de Jürgen Habermas, trabalha a ideia de colonização dos e pelos discursos; entre outros. Ao delimitar o conceito de discurso, Fairclough concede uma perspectiva socioteórica à abordagem linguística. Nas palavras do próprio autor, a “tentativa de reunir a análise linguística e a teoria social está centrada numa combinação desse sentido mais socioteórico de ‘discurso’ com o sentido de ‘texto e interação’ na análise de discurso linguisticamente orientada” (FAIRCLOUGH, 2001, p.22).

A escolha da Análise Crítica do Discurso, proposta por Fairclough (2001, 2003), como teoria e metodologia de investigação para a descrição e interpretação do fenômeno em estudo, foi decorrente, além do entendimento do alto potencial explicativo desta teoria em relação ao fenômeno social em análise, da orientação crítica em estudos organizacionais. A falta de neutralidade, pelo posicionamento crítico do pesquisador, não compromete a objetividade da ciência, não implica, segundo Van Dijk (2010) na diminuição do rigor científico do estudo.

A ACD busca analisar aspectos do mundo contemporâneo revelando questões ideológicas sustentadas pela linguagem, a partir do pressuposto de que ordinariamente as pessoas, em suas práticas discursivas, não alcançam a consciência do controle e modelagem que o discurso exerce na vida social (MAGALHÃES, 2005). O propósito da crítica é, neste sentido, “mostrar conexões e causas que estão ocultas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 28).

Com o propósito de mapear conexões entre relações de poder e recursos linguísticos a ACD está situada na interface entre a Linguística e a Ciência Social Crítica (FAIRCLOUGH, 2001, 2003). A tarefa da ACD é resgatar os vínculos históricos que

sustentam a atual ideologia e lutar pela emancipação de grupos socialmente dominados (MAGALHÃES, 2005).

Uma das interpretações possíveis dos propósitos fundamentais da crítica é, segundo Davel e Alcadipani (2003): a identificar e provocar os pressupostos embutidos em formas corriqueiras, naturalizadas, de percepção, concepção e ação; a reconhecer a influência da história, da cultura e da posição social nas crenças e ações difundidas; explorar alternativas que alterem rotinas e a ordem estabelecida de atividades e situações; e manter-se cético sobre todo conhecimento ou solução que se reivindique como a única verdade ou alternativa no âmbito da administração e das organizações.

A credibilidade da construção cognitiva é medida, segundo Boaventura (2005) pelo tipo de intervenção que proporciona, ajuda ou impede. Uma noção (tradicional) de conhecimento que reproduz um pensamento epistemológico que radicaliza distinções e oculta o não-hegemônico traz, segundo o autor, limites intrínsecos em relação às intervenções que pode promover em diferentes realidades. A análise crítica do mundo social/político/econômico contemporâneo (questionamentos sobre seus acontecimentos) pode, portanto, provocar a desconstrução, a interrupção da história "oficial", supostamente natural, direcional e progressiva. Böhm (2006), argumenta que, o reposicionamento ontológico e do conhecimento impacta na decisão social prática de organização da realidade e reconfigura as relações de poder.

3.1. Seleção e Análise do Corpus

A utilização da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Norman Fairclough (2001, 2003) implicou no trabalho rigoroso de seleção para alcançar um corpus representativo da visão de mundo da Política Nacional de Cultura Viva em relação às organizações culturais.

A constituição do corpus textual da análise crítica discursiva foi precedida de um esforço para adquirir maior domínio possível do tema para que a seleção dos dados estivesse orientada à identificação das amostras úteis para a exploração do problema de pesquisa, como sugere Fairclough (2001). Outro cuidado ao pensar a construção do corpus de análise, foi priorizar textos espontâneos para captação do discurso original, sem intervenção ou produção de falas artificiais.

Em busca de um material representativo, foram mapeados os documentos normativos do programa Cultura Viva ao longo de sua trajetória (leis, instruções normativas, portarias, prêmios e editais lançados) e levantados materiais institucionais do MinC sobre a Política (cartilhas, manuais, relatórios, seminários e livros). Por tratarem-se de documentos formais, endossados institucionalmente, com abrangência federal, dotados de relativa estabilidade são considerados representativos do discurso político cultural brasileiro, conferindo relevância à sua análise. Ainda, como alternativa para a análise textual, foram consideradas gravações audiovisuais de pronunciamentos em conferências e cerimônias oficiais realizadas pelo MinC e entrevistas concedidas sobre a Lei Cultura Viva pelos dirigentes responsáveis pelo ministério da cultura.

Durante a seleção de eventos discursivos foram considerados apenas os textos que abordassem especificamente o Cultura Viva como assunto/pauta, após sua reformulação e conversão em Política Nacional (já regulamentada), proferidos em eventos oficiais e/ou falas públicas cujo valor de representação da visão de mundo da PNCV fosse incontestável. A partir deste mapeamento definiu-se como corpus representativo para a análise do discurso:

1. Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva,
2. Instrução Normativa nº 1 de 7 de abril de 2015, que regulamenta a referida lei,

3. Pronunciamentos de Ivana Bentes e de Juca Ferreira na Cerimônia de Lançamento da Política Nacional de Cultura Viva (ocorrida em 08 de abril de 2014);
4. Entrevista concedida por Ivana Bentes sobre a Lei Cultura Viva (dois dias após seu lançamento).

A Política Nacional de Cultura Viva - PNCV, instituída pela Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014 e regulamentada através da Instrução Normativa nº 1, de 7 de abril de 2015, consolida uma série de transformações sofridas pelo Programa Cultura Viva desde sua criação, em 2004. A partir da Lei o Programa governamental passa a ser considerado uma Política de Estado. Este arcabouço legal formaliza, confere estabilidade ao Programa, estabelece detalhadamente as normas e conceitos reformulados para a execução da PNCV, constitui, portanto, um corpus indispensável para a análise discursiva da visão de mundo da política em relação às organizações culturais populares (denominadas pontos de cultura).

A Política Nacional de Cultura Viva é coordenada pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – SCDC. “As atribuições desta secretaria, são [atualmente] implementadas por intermédio do Programa Cultura Viva” (MINC, 2015). Neste sentido, a fala da dirigente da SCDC, Ivana Bentes, porta voz direta da PNCV (desde janeiro de 2015, quando nomeada secretária), é percebida como elemento essencial para a análise da visão de mundo constante na política. Outro importante representante da Política Nacional Cultura Viva - PNCV é João Luiz Silva Ferreira - Juca Ferreira, atual ministro da cultura.

O interesse pela fala de Ivana Bentes e Juca Ferreira, além do poder representativo (formalmente estabelecido), está na possibilidade de exploração de categorias linguísticas mais variadas de análise discursiva oferecida pelo texto produto da verbalização oral, que o regimento legal não permite empreender pela rigidez da forma.

A análise da representação de organização nestes textos, produzidos por representantes legais da PNCV, versando sobre a PNCV, abrangem não apenas menções diretas aos pontos de cultura – denominação utilizada pela política para designar as organizações culturais certificadas – , mas outros discursos incorporados no texto que possam fornecer evidências para a reflexão sobre o que é disseminado como natural, positivo, e importante em termos de estrutura ou propósito organizacional, ou seja, qual é a visão dominante quando se pensa em organização.

A análise textual foi explorada a partir da ACD em seu significado representacional, capaz de revelar através do discurso as representações de mundo do locutor, permitindo a identificação da ideologia subjacente ao texto através de sua análise; que poderá denunciar tanto o reforço e naturalização da prática ideológica dominante como resistência e emancipação contra a hegemonia (FAIRCLOUGH, 2001).

As análises discursivas foram, assim, textualmente orientadas na busca de evidências linguísticas do significado representativo de organizações culturais, prioritariamente através de algumas das categorias de análise propostas por Fairclough (2001, 2003). Foram utilizadas as categorias: modalidade, interdiscursividade, escolhas lexicais, transitividade, recontextualização de eventos sociais, representação de atores sociais, coesão textual, relação semântica, intertextualidade, nominalização e avaliação. Foram, ainda, identificadas no corpus textual a utilização de estratégias típicas de construção simbólica entre as quais: legitimação, deslocamento conceitual, estandartização e unificação.

A linguagem envolve vários estratos: estrutura social; prática social; eventos sociais (ação, identificação e representação); discurso (gênero, discurso e estilo); semântica; gramática e vocabulário; e fonologia e grafologia. A análise representacional das relações

externas, intencionada por este estudo, permite o exame da relação do texto com elementos de eventos sociais e, mais abstratamente, práticas e estruturas sociais; implica, portanto, em um movimento ascendente entre os estratos linguísticos (partindo nível lexical ao contexto cultural) (SALLES, 2014).

4. RESULTADOS DA ANÁLISE

A análise dos textos orais, produzidos pelos representantes legais da PNCV, possibilitou a identificação de alguns elementos lexicais inter-relacionados diretamente vinculados à representação de organizações culturais. Elementos, estes, fortemente enfatizados por recorrência no discurso, pela utilização de modeladores, que denotaram alto índice de comprometimento com a proposição, e pela concessão de atributos avaliativos, que indicaram a importância concedida aos mesmos pelos enunciadores. O Quadro 01 sintetiza a representação destes elementos lexicais no texto oral:

Quadro 01: Elementos lexicais representados nas falas dos representantes da PNCV

Elemento lexical	Representação
Diversidade cultural	<i>Riqueza nacional, patrimônio, traço diferenciado que confere identidade e sobretudo valor à produção cultural brasileira; capital simbólico bilionário que pode ser monetizado</i>
Economia Cultural	<i>Economia diversificada, com alto valor agregado e diferencial competitivo para um novo ciclo de desenvolvimento econômico e saída da crise</i>
Pontos de Cultura	<i>Arranjos econômicos/produtivos, pequenos e médios empreendimentos, microeconomias pujantes (em grande quantidade) invisíveis, que possuem toda uma cadeia produtiva, que empregam, movimentam economicamente somas incríveis.</i>
Política Nacional Cultura Viva	<i>Instrumento inovador e eficiente, por ser barata e hipercapitalizada, de alcance a uma quantidade enorme de arranjos econômicos e produtivos, através dos editais e da autodeclaração dos pontos de cultura.</i>
Autodeclaração	<i>Instrumento que confere reconhecimento às organizações como culturais, mas, sobretudo, que permite mapear, dar visibilidade às microeconomias de um grande campo produtivo, ainda inexplorado pelas políticas públicas</i>

Fonte: Elaborado pela autora

A dimensão econômica da cultura ganha destaque no discurso dos representantes da PNCV. Economia foi o vocábulo mais utilizado (51 ocorrências) em suas falas (incluindo seus cognatos e desconsiderando-se o termo cultura). O alto grau de comprometimento foi anunciado explicitamente, no desejo de *colocar a cultura na centralidade do debate econômico no país*. E todos os demais elementos lexicais no exame da coesão textual do discurso convergem neste sentido.

Percebe-se, na representação de diversidade, valor marcadamente enfatizado pela Política, um deslocamento conceitual, que de *dignidade identitária*, passa a ser concebida e reverenciada, sobretudo, como *riqueza*, patrimônio, como um traço diferencial das organizações culturais que confere competitividade e agrega valor econômico.

A própria Política é representada no texto como instrumento *inovador* e eficiente (barato e de alto alcance), com poder de articulação de uma quantidade enorme de

arranjos econômicos e produtivos, através dos editais e da autodeclaração dos pontos de cultura. Da perspectiva governamental, a *autodeclaração* ultrapassa o valor de reconhecimento simbólico de uma organização como cultural, ganha utilidade a baixo custo (pois está desvinculada do financiamento), converte-se em ferramenta de *mapeamento* (vocábulo de escolha recorrente) de um grande campo com alto potencial econômico/produtivo ainda inexplorado.

As organizações culturais representam, portanto, este grande campo não visibilizado, caracterizado pela diversidade e abundância. São, na perspectiva do enunciante, *arranjos produtivos* com uma *economia diversificada* e *de alto valor agregado*, *empreendimentos microeconômicos* ainda informalizados, desqualificados e atuando em pequena escala; portanto, subaproveitados.

A formalização, o aumento da escala e, especialmente, a capacitação/formação artística, técnica e de gestão são julgados, indiscriminadamente, como necessários para que as organizações culturais populares possam contribuir economicamente (*entrem para os dados da macroeconomia*). Este julgamento em relação ao que é desejável/bom para as organizações culturais revela a forma como a realidade social é representada pelo enunciante.

Ao defender a qualificação, o enunciante promove a especialização profissional e afasta-se de uma perspectiva de saberes tradicionais, do aprender fazendo, da cultura como um processo não fragmentado desenvolvido no cotidiano. Ao promover o aumento da escala de atuação, o enunciante defende o crescimento destas organizações, o que implica em alterações da estrutura interna, das práticas, dos padrões de relacionamento primário existentes; assim como a formalização o faria, na adequação ao formato padrão de organizações econômicas.

Empreendimento, arranjos econômicos/produtivos, emprego, serviço, indústria, gestão, produto, cadeia produtiva, modernização, qualificação, formação, formalização, técnica, escala, valor agregado, (micro)economia: foram vocábulos identificados no texto com uma carga semântica positiva em caráter normativo. As escolhas lexicais realizadas pelo enunciante, com a utilização de termos típicos do mundo empresarial, evidenciam uma representação de organizações culturais que se relaciona de forma harmônica com o discurso dominante. A forma como as vê é a mesma que difunde nas práticas sociais em que se engaja, contribuindo para a manutenção da ordem social estabelecida. Embora sejam empregados termos como *diversidade, cidadania e identidade*, estes são relacionados de forma conciliadora, instrumental ou até de reforço a valores e conceitos como os citados acima, que mantém uma relação harmônica ao discurso dominante de organização econômica.

A Política é retratada, no discurso dos seus representantes (dirigentes da SCDC e MinC), como um instrumento que contribui para a superação de um período de *crise* e volta ao progresso (do *ir em frente*), ao reconhecer na *diversidade e abundância das organizações culturais populares, um grande campo produtivo* com uma *economia diversificada* e *de alto valor agregado*, que pretende *visualizar, mapear, formalizar, qualificar*, e fazer crescer (*aumentar a escala* de atuação) em prol de um *novo ciclo de desenvolvimento* econômico. A economia é, portanto, a razão, o motivo pelo qual é *essencial dar visibilidade* às organizações culturais populares. Assim, desesconder, no sentido instrumental atribuído pelo enunciante, difere de des-silenciar ou dar voz aos fazedores de cultura, afasta-se do empoderamento, um dos princípios do Programa em sua concepção original.

Se, no discurso dos representantes da Política as organizações culturais são retratadas, prioritariamente, pela dimensão econômica, o que as aproxima de um modelo empresarial, na regulamentação legal da Política, embora a função econômica destas

organizações seja mencionada, é a função social que ganha maior relevância, e sua representação aproxima-se de um modelo predominantemente burocrático de organização.

A análise discursiva do texto legal, que institui e regulamenta a PNCV, possibilitou a investigação mais detalhada da representação, das características que referenciam sua visão de mundo em relação às organizações culturais populares (os pontos de cultura).

O ponto de partida para a análise foi a caracterização da própria Lei que, ao descrever as organizações *beneficiárias* da Política, evidencia um modelo organizacional que, não apenas diverge de organizações empresariais, mas as exclui do seu escopo (são explicitamente inabilitadas as organizações que mantenham qualquer vínculo com empresas). São descritas como: *coletivos e entidades sem fins lucrativos*, prioritariamente em *situação de vulnerabilidade social, com reduzido acesso aos meios de produção cultural e cuja a identidade cultural esteja ameaçada*.

A caracterização inicial, de referência a um Ponto de Cultura, apresentada, não encontra, no entanto, correspondência com as demais proposições (práticas avaliadas como necessárias e desejáveis) e exigências (evidenciadas pela utilização de modeladores deônticos que configuram obrigatoriedade) concernentes a estas mesmas organizações, no texto legal. O Quadro 02 sintetiza os processos organizacionais relacionados a estas recomendações e as exigências identificadas na análise das escolhas léxicas do regulamento:

Quadro 02: Processos organizacionais regulamentados pela PNCV

Categoria	Processos organizacionais regulamentados pela PNCV
Capacitação e Conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir <i>capacidade técnica e operacional</i> • <i>Oferecer formação continuada de seus trabalhadores</i> • <i>Contratar assessoria técnica para capacitação, planejamento e gestão</i> • <i>Promover soluções aplicando conhecimentos da ciência e tecnologia e da inovação</i> • <i>Reconhecer os saberes, os fazeres, os cultivos e os modos de vida de populações tradicionais</i>
Planejamento e previsibilidade	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Elaborar plano de trabalho detalhado com ações delimitadas,</i> • <i>Metas quantitativas e mensuráveis com prazos de execução</i> • <i>Programação do cronograma de execução físico-financeira</i> • <i>Previsão de início e término da execução das ações</i>
Prescrição de normas	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Atividades a serem executadas, descritas de forma precisa e detalhada</i> • <i>Descrição dos meios utilizados para o que se pretende realizar ou obter</i>
Formalização de processos e vínculos de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Cadastro no Sistema Nacional de Pessoa Jurídica: formalização de estatuto com composição hierárquica de membros, definição de cargos, formato administrativo</i> • <i>Projeto formalizado no Termo de Compromisso Cultural por um plano de trabalho descrito detalhadamente</i> • <i>Estabelecimento de vínculo formal de trabalho remunerado</i> • <i>Contratação de bens e serviços por cotação de preços de no mínimo três fornecedores</i> • <i>Contratação de pessoa física por processo seletivo, amplamente divulgado, com recebimento de currículos (arquivados por 5 anos após a contratação)</i> • <i>Contratações com obediência aos princípios da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo;</i>
Controle	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Fiscalização periódica in loco pelo ente público</i> • <i>Emissão de relatório técnico detalhado de acompanhamento e avaliação,</i> • <i>Monitoramento da forma de execução e dos resultados parciais</i> • <i>Controle dos resultados e impactos social e econômico para a comunidade</i>
Fins Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Apreender a capacitação social como princípio norteador de suas ações</i> • <i>Atender demandas da população;</i> • <i>Incorporar jovens ao mundo do trabalho;</i> • <i>Incluir culturalmente a população idosa</i> • <i>Ampliar instrumentos de educação</i> • <i>Promover saúde e educação;</i> • <i>Trazer benefícios sociais à comunidade</i>
Fins Econômicos	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Respeitar a diversidade como atividade econômica</i> • <i>Fomentar a economia criativa e solidária</i> • <i>Trazer benefícios econômicos à comunidade</i>

Fonte: Elaborado pela autora

A partir da regulamentação, pode-se concluir que a PNCV, não apenas adota como referência, como induz à constituição de uma organização que prima por capacitação técnica e prioriza a aplicação de um conhecimento científico e tecnológico, uma organização com alto nível de formalização, planejamento, prescrição e previsibilidade, com controle detalhado de processos cronometrados num tempo linear, uma organização orientada pelos princípios da economicidade, da eficiência e da impessoalidade, cujos vínculos interpessoais constituem-se por julgamento objetivo, uma organização com metas quantitativas a serem perseguidas em fins econômicos e sociais. Discurso que, portanto, articula-se harmonicamente à ordem social estabelecida, cuja representação de organização vincula-se ao modelo cuja racionalidade preponderante é instrumental e os propósitos concentram-se em resultados úteis e mensuráveis.

Este modelo difere do aprender fazendo do cotidiano, do baixo nível de prescrições e normas, do organizar orgânico, improvisado, do engajamento voluntário e atuação espontânea, com alto grau de autonomia, em atividades criativas automotivadas, em que o propósito pode estar no próprio processo de interação e/ou atuação para a autorrealização, difere das relações estabelecidas por empatia e estabilizadas por vínculos de confiança, em que a razão que predominante é substantiva, difere do que pressupõe-se constituir o organizar de muitos dos grupos fazedores de cultura popular “beneficiárias” da PNCV.

Os pontos de cultura são caracterizados explicitamente na Lei como *instrumentos* da PNCV. A Lei destaca que todos os objetivos da Política são considerados também como compromissos dos pontos de cultura. As organizações culturais devem atuar como *elos entre a sociedade e o Estado*, ou seja, como ferramenta de alcance de uma política cultural para a sociedade. São, portanto, instrumentos de uma política essencialmente social, ou, nas palavras de Belfiore (2006), uma “política social da cultura”. A função social das organizações culturais foi reforçada com a alteração dos princípios da Política, pela substituição “empoderamento” por *capacitação social*. No lugar de um do princípio (simbólico) constituinte programa, assume uma função social com caráter de utilidade pública, à encargo das organizações culturais.

O processo descrito no texto legal, de financiamento de um projeto cultural, previamente selecionado por edital de chamamento público, com critérios restritos de avaliação, para atender a uma série de especificações, guarda algumas semelhanças à contratação pública de uma empresa privada por meio de licitação para a prestação de um serviço, com a execução monitorada regularmente pela organização pública e cuja avaliação determina a liberação das parcelas de financiamento. Esta constatação relaciona-se à fala analisada anteriormente, em que o representante da Política identifica explicitamente o Cadastro Nacional de Pontos de Cultura *como um banco de metodologias e trocas de serviços*. O alto nível de controle por parte do ente público denota, ainda, a relação de desigualdade na *parceria estabelecida*, evidencia uma hierarquia entre contratante e contratado, afasta-se da concepção de uma organização autônoma, conforme princípios da própria lei.

Além da ênfase e recorrência de elementos lexicais correspondentes ao *controle* (*fiscalização, acompanhamento, monitoramento, avaliação, auditoria*), com 51 ocorrências, destacaram-se, na análise das escolhas lexicais, o número de termos vinculados especificamente às ideias de *capacitação* (*formação, capacitação, educação, qualificação*), com 43 ocorrências, e de *planejamento* (*programação, previsão, cronograma*) com 51 ocorrências identificadas com referência direta às organizações culturais populares; escolhas que reforçam a evidência de uma representação de organização vinculada ao modelo burocrático.

Foram identificadas, ainda, 127 ocorrências no texto legal, dos vocábulos: *técnica (o), tecnologia/tecnológico, conhecimento científico, inovação, operacional, gestão, instrumentos, produção/produtivo, registro, economicidade, eficiência, impessoalidade, julgamento objetivo, prazo, cronograma físico-financeiro, metas quantitativas e mensuráveis, economia/econômica/econômicos, financeiro, descrição dos meios, trabalho/trabalhadores/trabalhista, salário, serviços contábeis, assessoria jurídica, cotação de preços, fornecedores, processo seletivo, currículos, , resultados, impacto.*

A regulamentação, no entanto, aborda também valores substantivos normalmente incorporados por organizações isonômicas. Foram identificadas 37 ocorrências dos termos *cidadania, participação, diversidade, solidariedade, democratização e cooperação*, e respectivos cognatos.

A partir da análise da coesão textual, pôde-se identificar que estes vocábulos foram incorporados ao texto de forma puramente descritiva, como valores a serem assimilados pelas organizações culturais no relacionamento com a comunidade em que está inserida. Tais valores, não impactam, portanto, na representação da sua forma de organização interna, investigada neste estudo.

Quando a Lei propõe que as organizações culturais primem por uma *gestão democrática, participativa, compartilhada e dialógica*, refere-se à relação com a comunidade “atendida” por ela (aos beneficiários em sua área de abrangência), não aos membros da organização cultural. Estes valores, inerentes às organizações isonômicas, normalmente incorporados por organizações culturais, precisam, portanto, ser assimilados de forma restrita. Não influenciam suas práticas organizacionais internas.

A aparente indicação de uma disputa discursiva, como nas simultâneas recomendações de *aplicar o conhecimento científico e tecnológico e reconhecer os saberes, os fazeres, os cultivos e os modos de vida de populações tradicionais*, não encontram consistência numa análise mais atenta. O reconhecimento aos saberes e fazeres tradicionais restringe-se ao campo simbólico, remetem a um valor não operado, o conhecimento a ser aplicado é outro.

Valores substantivos têm, num texto puramente descritivo, mais que efeito decorativo, são conciliados de forma harmônica e estrategicamente posicionados para reforçar valores utilitários, como nos fragmentos: *garantir o respeito à diversidade cultural como expressão simbólica e como atividade econômica e fomentar a economia criativa e solidária*, em que conceitos como *expressão simbólica, a solidariedade e a criatividade* qualificam/legitimam a atividade econômica e o fomento à econômica.

5. A CRÍTICA À REPRESENTAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO NO DISCURSO DA PNCV

Analisar criticamente o discurso da PNCV possibilitou a identificação de elementos que apontaram para a elaboração de um pensamento mantenedor do *status quo* em relação à ao que se entende contemporaneamente por organização. O reposicionamento (BÖHM, 2006) sinalizado, não pôde ser constatado pela análise representacional empreendida. O reconhecimento destas organizações populares como fazedoras de cultura e valorização da diversidade e identidade da cultura que produzem, não encontra correspondência no reconhecimento das suas práticas e valorização das diferentes formas e identidades organizacionais de seus fazedores.

O discurso, age no mundo, exerce influência nas práticas sociais: este controle ganha força, sobretudo, no contexto deste estudo. A representação de organização da Política Nacional de Cultura Viva modela diretamente as práticas organizacionais dos grupos culturais acolhidos *em situação de vulnerabilidade* (conforme descrição da Lei) e dependentes do financiamento do Estado. O comprometimento, formalmente

estabelecido, com as normas resultantes desta representação implica na descaracterização das suas formas de organizar originais.

Segundo Cucho (1999), a alteridade cultural dos grupos “mais fracos” pode ser fortalecida quando distanciados dos “mais fortes”, em momentos em que a dominação social cessa, fora da tensão, da submissão, da dependência direta. Estas organizações “desescondidas” pela Política são postas em contato direto com a situação de dominação social e podem, desta forma, enfraquecer e perder autonomia, não obstante aos princípios constituintes da própria Política – de empoderamento, autonomia e protagonismo.

Resgatando as palavras do autor (p.157): “o isolamento, mesmo quando representa marginalização, pode ser fonte de autonomia (relativa) e de criatividade cultural”. A perda da autonomia está, ainda, entre os danos acusados por Belfiore (2006) quando organizações culturais são utilizadas como instrumentos de políticas sociais da cultura. Talvez a invisibilidade, neste caso, representasse a resistência necessária a que Ramos (1989) se refere quando alerta para o risco de descaracterização das organizações isonômicas e fenonômicas em contato com outros enclaves.

O Programa que nasceu como “parte de um projeto geral de construção de uma nova hegemonia” (GIL, 2003), que investiu na promessa de tornar visíveis outros discursos, outras práticas sociais e formas organizacionais, permanece no caminho histórico descaracterizando-as, convertendo-as pela ótica instrumental de um discurso revestido de substância.

A retirada destas organizações de uma situação de invisibilidade pode representar o início de um novo processo de produção da não existência.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, M. Administração complexa: revendo as bases científicas da Administração. **Revista de Administração de Empresas**. v.2, n.1, jan-jun 2003.
- ARAGÃO, Ana Lúcia; ROCHA, Sophia Cardoso. **Direitos Culturais no Brasil e uma Breve Análise do Programa Cultura Viva**. Enecult. 2011.
- BARBALHO, Alexandre. **O Sistema Nacional de Cultura no Governo Dilma: Continuidades e Avanços**. Revista Lusófona de Estudos Culturais. Vol. 2, n.2, pp. 188-207, 2014.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. **Ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987, 257 p.
- BÖHM, S. **Repositioning Organization Theory: impossibilities and strategies**. New York: Palgrave MacMillan, 2006.
- BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em perspectiva**. v.15, n.2, 2001.
- BRANT, Leonardo. **O poder da Cultura**. São Paulo: Peirópolis. 2009. 128 p.
- BRASIL. **Instrução Normativa No- 1, de 7 de abril de 2015**. Regulamenta a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a PNCV e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/legislacao/-/asset_publisher/siXI1QMnlpZ8/content/instrucao-normativa-n%C2%BA-1-2015-minc/10937>. Acesso em: 10 de abril de 2015.
- BRASIL. **Lei Nº 13.018 de 22 de julho de 2014**. Institui a Política Nacional Cultura Viva e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13018.htm> Acesso em: 02 de agosto de 2014.

BRIENT, Jean- François; FUENTES, Victor León. **Da servidão moderna**. Editora independente. 2009. 24p.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: **III ENECULT** – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, 2007.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Campos Culturais ou mercados?** In: Leitores, Expectadores e Internautas. Traduzido por Ana Goldberger. São Paulo : Iluminuras, 2008. 96p.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CLEGG, Stewart R. **As organizações modernas**. Lisboa: Celta, Oeiras, 1998.

CUCHE, Denys. **A noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999. 256p.

DAVEL, Eduardo; ALCADIPANI, Rafael. **Estudos críticos em administração**: produção científica brasileira nos anos 1990. *Rev. adm. empres.*, Dez 2003, vol.43, no.4, p.72-85. ISSN 0034-7590.

DELLAGNELO, Eloise; MACHADO-DA-SILVA, Clóvis. Novas formas organizacionais: Onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações? **Organizações e Sociedade**. v. 7. n. 19. Set-Dez 2000.

ETKIN, Jorge. **Gestión del capital social y la organización sustentable**. La superación de ambivalencias en la dimensión humana y cultural. Documento de estudio para el Programa de Formación en Excelencia Gerencial. Facultad de Ciencias Económicas de la UBA. Buenos Aires. 2008.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Tradução de Izabel Magalhães. 1. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. 320 p.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FOUCAULT, Michael. **A Ordem do Discurso**: Aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Loyola. 2014.

GIL, Gilberto. **Discurso de Posse** no Ministério da Cultura em fevereiro de 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>> acesso em 28 de agosto de 2015.

GOMOR DOS SANTOS, Eduardo. **Formulação de políticas culturais**: Leis de incentivo e as inovações do Programa Cultura Viva. Dissertação (mestrado) Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2008.

LACERDA, Alice Pires de. Democratização da Cultura X Democracia Cultural: os Pontos de Cultura enquanto política cultural de formação de público. 2010. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/02-ALICE-PIRES-DE-LACERDA.1.pdf> . Acesso em jun. 2015.

LARAIA, R. **Cultura**: um conceito antropológico. 17.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 2004.

- MAGALHÃES, I. **Introdução à análise de discurso crítica**. D.E.L.T.A. , v. 21, n. especial, p. 1-9, 2005.
- MARCUSE, H. **A dimensão estética**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- MEDEIROS, Anny Karine de; ALVES, Mário Aquino; FARAH, Marta Ferreira. **Programa Cultura Viva como Política Pública: Análise de Políticas Públicas pela Perspectiva Institucional das Organizações**. EnAnpad. 2013.
- MEDEIROS, Anny Karine de; ALVES, Mário Aquino; FARAH, Marta Ferreira. **Programa Cultura Viva e o campo organizacional da cultura: análise de políticas públicas pela perspectiva institucionalista**. **Rev. Adm. Pública** — Rio de Janeiro 49(5):1215-1235 set./out. 2015.
- BELFIORE, Eleonora. The social impacts of the arts – myth or reality? In: MIRZA, Munira (org). **Culture Vultures: is UK arts policy damaging the arts?** Londres: Policy Exchange Limited. 2006.
- MISOCZKY, Maria Ceci Araujo, SILVA, Joysinett Moraes da, FLORES, Rafael Kruter. **Autogestão e Práticas Organizacionais Horizontalizadas: Amplificando Sinais**. V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, 2008.
- MIZOCZKI, M. Das práticas não-gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação. In.: MIZOCZKI, M., FLORES, R., MORAES, J. (org). **Organização e práxis libertadora**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2010
- MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 392 p.
- NOGUEIRA. Alessandra Cabral; ANDRADE, Jackeline Amantino de. **Pontos de cultura, particularidades na gestão?** Um estudo na primeira capital brasileira da cultura. Dissertação (Mestrado) Curso de pós graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco. 2007.
- NUNES, Ariel Ferreira. **PROGRAMA CULTURA VIVA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES DE UM CAMPO POLÍTICO**. Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais. 2015
- OLIVEIRA, Gleise; BEZERRA, Tony Gigliotti. **PROGRAMA CULTURA VIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**. **XI ENECULT**. 2015.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAES DE PAULA, Ana Paula. Tragtenberg revisitado: as inexoráveis harmonias administrativas e a burocracia flexível. *Revista de Administração Pública*. v. 36, n. 1. 2002.
- PARKER, M. **Against Management**. Malden: Balckwell Publisher Inc, 2002. 250 p.
- RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a crítica): o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes, 2011.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- ROCHA, Sophia Cardoso. **Programa Cultura Viva e seu processo de estadualização na Bahia**. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA, 2011 (dissertação de mestrado).

- RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil**: tristes tradições, enormes desafios. Salvador, 2007.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais no Governo Dilma**: Patamar Rebaixado. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas, BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (org). Políticas Culturais no Governo Dilma. Salvador: EDUFBA, 2015. p.11-31.
- SALLES, Helena Kuerten de. **Conhece-te a ti mesmo**: O Discurso da Avaliação em Organizações Sem Fins Lucrativos. Tese (Doutorado) Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. 275p.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, p. 237-280, Out 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fórum Social Mundial**: manual de uso. Cap. 2. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- SERVA, Maurício. **A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa**. RAE -Revista de administração de empresas. São Paulo, v. 37, n.2, p. 18-30, 1997.
- SOLÉ, Andreu. **¿Qué es una empresa ?** Construcción de un idealtipo transdisciplinario. Paris: Working paper, 2004.
- TENÓRIO, Fernando G. **A unidade dos contrários**: fordismo e pós-fordismo. Revista de Administração Pública. Jul-Ago 2011. Rio de Janeiro, 2011.
- TURINO, Célio. **Pontos de cultura**: O Brasil de baixo para cima. Ed Anita Garibaldi, 2ª ed. São Paulo. 2010.
- TURINO, Célio. **O desmonte do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura sob o governo Dilma**. Revista Fórum. 7 de julho, 2013. Disponível em: www.revistaforum.com.br. Acesso em 15 de agosto de 2015.
- TURINO, Célio. **Chamada para o 1º Congresso Latino Americano de Cultura Viva Comunitária**. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YsUbmSwSDJs>. Acesso em 10 de setembro de 2015.
- VAN DIJK, T. **Disurso e Poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.